



COMUNICADO

Reuters>bcp.ls - Exchange>BCP - Bloomberg>bcp.pl
ISIN - PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

26 de julho de 2021

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de junho de 2021

Rendibilidade

Resiliência do modelo de
negócio; evolução favorável do
resultado antes de imparidades
e provisões

- **Resultado líquido do Grupo** de **12,3 milhões de euros** no primeiro semestre de 2021, incluindo o reforço de 214,2 milhões de euros das provisões para riscos legais associados a créditos em francos suíços concedidos na Polónia e itens específicos de 87,2 milhões de euros em Portugal, respeitantes essencialmente a custos de reestruturação.
- **Proveitos core** aumentam **2,4%**; **Custos operacionais** recorrentes **reduzem 4,3%**.
- **Resultado antes de imparidades e provisões** aumenta **5,1%**, para 530,9 milhões de euros. **Imparidades e provisões** totalizam **461,9 milhões de euros** nos primeiros seis meses de 2021.

Capital e Liquidez

Posição adequada de capital;
liquidez reforçada

- **Rácio CET1** e **rácio de capital total fully implemented** estimados de **11,6%** e **14,9%**, respetivamente, ambos acima dos requisitos regulamentares (11,8% e 15,1%, respetivamente, em base pro forma, considerando o impacto esperado da venda da subsidiária suíça em curso).
- **Níveis de liquidez elevados**, muito acima dos requisitos regulamentares. Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE de 25,9 mil milhões de euros.

Evolução do negócio e Qualidade do crédito

Recursos com forte dinâmica
de crescimento; crescimento
continuado da carteira de
crédito; níveis de cobertura
confortáveis

- **Aumento** do **crédito performing** em **Portugal** em **1,9 mil milhões de euros**, **+5,4%** face a junho 2020, com **redução** dos **NPE** de **0,8 mil milhões de euros**, em contexto adverso. Melhoria generalizada dos indicadores de qualidade do crédito. **Crescimento** dos **recursos totais de clientes** do Grupo em **7,2 mil milhões de euros**. **Recursos fora de balanço** do Grupo **aumentam 14,2%**, para **20,7 milhões de euros**.
- **Crescimento** da base de **Clientes**, com destaque para os **Clientes mobile (+567 mil**, dos quais **+211 mil** em **Portugal**).
- **Banco líder** na **satisfação** com os **canais digitais** (Basef, 5 maiores bancos).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A., Sociedade Aberta.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 4.725.000.000,00 Euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
do Porto com o número único de matrícula e de
identificação fiscal 501 525 882.
LEI: JU1U6SODG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084

investors@millenniumbcp.pt

bernardo.collaco@millenniumbcp.pt

alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242

Tlm. +351 917 265 020

erik.burns@millenniumbcp.pt

cintia.barbas@millenniumbcp.pt



SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	30 jun. 21	30 jun. 20	Var. 21/20
BALANÇO			
Ativo total	91.365	86.519	5,6%
Crédito a clientes (líquido)	55.885	53.687	4,1%
Recursos totais de clientes	90.351	83.163	8,6%
Recursos de clientes de balanço	69.621	65.009	7,1%
Depósitos e outros recursos de clientes	68.101	63.464	7,3%
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2)	82,1%	84,6%	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	80,3%	82,6%	
RESULTADOS			
Margem financeira	768,2	762,9	0,7%
Produto bancário	1.122,6	1.053,4	6,6%
Custos operacionais	591,8	548,6	7,9%
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	504,6	527,4	-4,3%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	156,9	237,3	-33,9%
Outras imparidades e provisões	304,9	114,0	167,4%
Impostos sobre lucros	103,0	58,3	76,7%
Resultado líquido	12,3	76,0	-83,9%
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	2,5%	2,5%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	-0,1%	0,2%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	0,2%	0,4%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	0,4%	2,6%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	2,1%	4,5%	
Taxa de margem financeira	1,92%	2,05%	
Rácio de eficiência <i>core</i> (2) (3)	45,0%	48,2%	
Rácio de eficiência (2)	52,7%	52,1%	
Rácio de eficiência (2) (3)	44,9%	50,1%	
Rácio de eficiência (atividade em Portugal) (2) (3)	44,1%	51,6%	
Custos com o pessoal / Produto bancário (2) (3)	25,6%	28,4%	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	55	85	
<i>Non-Performing Exposures</i> / Crédito a clientes	5,2%	7,0%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	66,6%	57,8%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	4,3%	5,5%	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	270%	249%	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	148%	137%	
CAPITAL (4)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	11,7%	12,1%	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	11,6%	12,1%	
Rácio total <i>fully implemented</i>	14,9%	15,6%	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	458	493	-7,1%
Atividade internacional	876	967	-9,4%
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.937	7.154	-3,0%
Atividade internacional (5)	9.984	11.016	-9,4%

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário e no capítulo dos indicadores alternativos de desempenho, sendo também apresentadas as respetivas reconciliações com os valores contabilísticos. Na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com o Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo encontra-se refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, tendo a informação histórica sido reexpressa por forma a assegurar a sua comparabilidade, conforme previsto na IFRS 5. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras publicadas em períodos anteriores. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço da subsidiária suíça no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos da referida subsidiária terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros no período em curso e na informação histórica apresentada.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Exclui itens específicos: impacto negativo de 87,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, relacionado maioritariamente com custos de reestruturação, reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal, incluindo uma provisão para fazer face aos custos relacionados com o ajustamento do quadro de pessoal em curso, no montante de 81,4 milhões de euros. No primeiro semestre de 2020, o impacto também foi negativo, no montante de 21,2 milhões de euros, dos quais 13,2 milhões de euros referentes a custos de reestruturação e à compensação pelo ajuste temporário da remuneração dos colaboradores do Banco, ambos reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal e 7,9 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (5,4 milhões de euros como custos com o pessoal, 2,3 milhões de euros como outros gastos administrativos e 0,2 milhões de euros como amortizações do exercício). No cálculo dos indicadores de eficiência não estão também a ser considerados os itens específicos relevados no produto bancário, no montante de 0,1 milhões de euros, reconhecidos pela subsidiária polaca, no primeiro semestre de 2020, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

(4) Os rácios de capital com referência a 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos. Os rácios apurados para 30 de junho de 2021 correspondem a valores estimados, não auditados.

(5) Dos quais, na Polónia: 7.286 colaboradores em 30 de junho de 2021 (correspondendo a 7.148 FTE - *Full-time equivalent*) e 8.283 colaboradores em 30 de junho de 2020 (correspondendo a 8.141 FTE - *Full-time equivalent*).

RESULTADOS E ATIVIDADE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021

Os resultados alcançados pelo Millennium bcp, no primeiro semestre de 2021, demonstram a resiliência do Banco num contexto desafiante, que ainda reflete alguns dos impactos provocados pela pandemia associada à COVID-19, que surgiu no final do primeiro trimestre de 2020. O levantamento das medidas restritivas a partir da segunda metade do mês de março de 2021, a par com o processo de vacinação em curso e com a manutenção das iniciativas de suporte à atividade têm permitido, apesar de alguma incerteza, uma melhoria dos níveis de atividade económica. O Millennium bcp tem demonstrado, desde o início, uma enorme capacidade de adaptação, reagindo prontamente à evolução da pandemia, mantendo-se na linha da frente no apoio à economia, reforçando a sua presença junto das empresas, ao mesmo tempo que assegura o apoio constante às famílias. O crescimento da base de clientes e o reconhecimento externo, materializado nos vários prémios e distinções que o Banco recebeu, são a prova da resiliência do modelo de negócio do Banco, cujas capacidades digitais são especialmente valorizadas em tempos de pandemia. O Grupo irá continuar a avaliar permanentemente a situação, por forma a adaptar-se à evolução que a pandemia venha a assumir, com o objetivo primeiro de proteger os colaboradores e os clientes, reforçando simultaneamente a sua componente de carácter social.

O Banco Comercial Português, S.A. informou, no dia 29 de junho de 2021, através de um comunicado que havia celebrado naquele dia um acordo com o Union Bancaire Privée, UBP SA respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) SA ("Banque Privée"). A concretização da transação encontra-se sujeita à verificação das condições habituais para a realização deste tipo de transação, incluindo a não-oposição das instâncias de supervisão locais competentes. O BCP estima que o preço de venda e o impacto (positivo) nos resultados consolidados do exercício em curso, em base proforma a 31 de março de 2021, se situem, respetivamente, entre 119 e 128 milhões de euros e 41 e 50 milhões de euros. Estes valores estão sujeitos a ajustamentos decorrentes da evolução dos ativos sob gestão e da atividade do Banque Privée BCP SA, apenas ficando definitivamente fixados após a data de concretização da operação. A venda do Banque Privée permitirá ao Grupo BCP prosseguir a estratégia de enfoque de recursos e da gestão nas geografias *core*, potenciando o desenvolvimento destas e dessa forma a criação de valor para os *stakeholders*. Na sequência deste acordo e do disposto na IFRS 5, o contributo da subsidiária suíça para o resultado consolidado do Grupo encontra-se refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, tendo a informação histórica sido reexpressa desde janeiro de 2020, por forma a assegurar a sua comparabilidade. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras publicadas em períodos anteriores. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço da subsidiária suíça no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos da referida subsidiária terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros no período em curso e na informação histórica apresentada.

No primeiro semestre de 2021, o Grupo alterou a forma de apresentação das provisões constituídas pelo Bank Millennium para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em francos suíços, tendo passado a reconhecer-las como uma redução do valor contabilístico bruto dos empréstimos para os quais é esperada uma redução nos fluxos de caixa futuros de acordo com o disposto na IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, anteriormente reconhecidas no passivo de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Neste sentido, o Grupo procedeu à reexpressão da informação anteriormente publicada, para todos os períodos com início a 1 de janeiro de 2020, verificando-se simultaneamente uma redução do valor de balanço da carteira de crédito a clientes e das outras provisões do passivo, face à posição financeira anteriormente divulgada pelo Grupo. A constituição de provisões de acordo com o enquadramento previsto na IAS 37 passará a ser aplicada apenas às situações de litígio relacionadas com processos de crédito já reembolsados e não refletidos no Balanço do

Grupo. Adicionalmente, o Bank Millennium alterou a apresentação dos juros dos instrumentos financeiros derivados que não se enquadram na definição de contabilidade de cobertura formal prevista na IFRS 9. Tendo em conta que estes instrumentos, embora incluídos na carteira de negociação, foram contratados com o objetivo de estabelecer uma relação de cobertura económica do risco dos ativos ou passivos financeiros cobertos, a subsidiária polaca passou, a partir do primeiro semestre de 2021, a relevar os respetivos juros em margem financeira, quando anteriormente eram reconhecidos em resultados de operações financeiras. Neste sentido, as demonstrações financeiras do Grupo publicadas em períodos anteriores foram reexpressas, a partir de 1 de janeiro de 2020, de forma a garantir a comparabilidade da informação.

Seguindo as orientações sobre Indicadores Alternativos de Desempenho publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA), os indicadores relevantes para a compreensão da evolução da posição económica e financeira do Grupo são detalhados no final deste documento. Tendo em conta que alguns indicadores foram definidos com base em critérios de gestão, os mesmos são reconciliados com os valores contabilísticos publicados nas demonstrações financeiras consolidadas.

RESULTADOS

O Millennium bcp apresentou um **resultado líquido** consolidado de 12,3 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2021, inferior aos 76,0 milhões de euros obtidos no primeiro semestre de 2020, evolução determinada pelo contributo da atividade internacional, nomeadamente da subsidiária polaca, fortemente penalizada pelo reforço expressivo das imparidades e provisões para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira, que, no primeiro semestre de 2021, ascendeu a 214,2 milhões de euros (montante líquido do valor originado pelas operações do Euro Bank S.A., a ser reembolsado pela Société Générale, S.A.), que compara com os 38,0 milhões de euros que haviam sido reconhecidos no semestre homólogo do ano anterior. Por outro lado, o contributo da atividade em Portugal para o resultado consolidado do Grupo, situou-se num patamar semelhante ao registado na primeira metade do ano anterior, n  obstante ter sido fortemente condicionado pelo reconhecimento de uma provisão, no montante de 81,4 milhões de euros, para fazer face aos custos com o plano de reestrutura o do quadro de pessoal em curso. Esta provisão, considerada como item específico, foi constituída na sequência da análise efetuada às necessidades do Banco face   capacidade existente, tendo em conta também a adapta o dos modelos e processos de negócio às novas tecnologias. Apesar da necessidade do ajustamento do quadro de pessoal já ter sido identificada no âmbito do plano estratégico Mobilizar 2018/2021 e deste ajustamento ter sido previsto para o ano de 2020, o surgimento da pandemia associada   COVID-19 e os seus efeitos na economia e na vida das famílias levaram o Banco a adiar a sua implementa o.

Importa salientar que n  obstante o impacto extraordinário anteriormente referido relacionado com a provisão para a reestrutura o do quadro de pessoal reconhecida em custos com o pessoal, que afetou largamente o resultado líquido da atividade em Portugal, o resultado antes de imparidades e provisões do Grupo alcançou 530,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, evidenciando um crescimento de 5,1% face ao semestre homólogo de 2020, suportado, por um lado, na resiliência dos proveitos *core* e, por outro, na evolu o favorável dos resultados em opera es financeiras.

O **resultado operacional core** consolidado do Millennium bcp, excluindo itens específicos¹, atingiu 616,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, acima do ano anterior.

Acresce ainda referir que o resultado líquido do Grupo reflete também um menor nível de provisionamento da carteira de crédito, tendo sido também beneficiado, embora em menor escala, por resultados associados a outros proveitos de exploração líquidos menos negativos, enquanto que os resultados por equivalência patrimonial e os rendimentos de instrumentos de capital se situaram num patamar inferior.

Na atividade em Portugal, não obstante o impacto da situação extraordinária, decorrente da pandemia provocada pela COVID-19, que ainda se faz sentir em algumas áreas de negócio da atividade do Banco, o resultado líquido alcançou 45,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, mantendo-se em linha com o montante apurado no mesmo período de 2020. Importa no entanto salientar que, ainda assim, o resultado do primeiro semestre de 2021 se encontra fortemente penalizado pelo reconhecimento da provisão, no montante de 81,4 milhões de euros, associada a custos de reestruturação, na sequência do ajustamento do quadro de pessoal em curso.

O resultado líquido da atividade em Portugal foi largamente beneficiado pelo aumento dos resultados em operações financeiras, mas também pelo crescimento dos proveitos *core*, quer da margem financeira, quer das comissões líquidas. Paralelamente, a redução das dotações para imparidade de crédito (líquidas de recuperações) contribuiu também de forma positiva para a evolução dos resultados na atividade em Portugal. Excluindo os itens específicos, que incorporam a já referida provisão associada ao ajustamento do quadro de pessoal em curso, os custos operacionais também revelaram uma ligeira redução, especialmente no que respeita aos outros gastos administrativos. Inversamente, as outras imparidades e provisões situaram-se acima do montante reconhecido no primeiro semestre de 2020, o que em conjunto com a redução dos resultados por equivalência patrimonial, dos outros proveitos de exploração líquidos e dos rendimentos de instrumentos de capital, mitigaram, em parte, os impactos positivos referidos anteriormente.

De salientar que a expansão dos proveitos *core* e a redução verificada nos custos operacionais recorrentes, contribuíram para um crescimento de 15,6% do resultado operacional *core* (excluindo itens específicos) na atividade em Portugal, que evoluiu de 306,5 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2020, para 354,4 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2021.

Na atividade internacional, o resultado líquido apresentou uma quebra relevante face aos lucros de 30,8 milhões de euros que haviam sido apurados no primeiro semestre de 2020, cifrando-se em 32,9 milhões de euros negativos, no primeiro semestre de 2021. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca, que se encontra largamente condicionado pelo reforço expressivo das imparidades e provisões, para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira, que no primeiro semestre de 2021, ascendeu a 214,2 milhões de euros (montante líquido do valor originado pelas operações do Euro Bank S.A., a ser reembolsado pela Société Générale, S.A.), face a 38,0 milhões de euros que haviam sido reconhecidos no semestre homólogo do ano anterior. Paralelamente, embora com menor expressão, o contributo do Millennium bim em Moçambique para o resultado da atividade internacional também se revelou inferior ao registado no final do primeiro semestre de 2020, enquanto o contributo do Banco Millennium Atlântico em Angola evoluiu favoravelmente, apesar de continuar a apresentar um valor negativo.

¹ Os itens específicos referidos totalizaram 87,2 milhões de euros, no primeiro semestre de 2021, foram integralmente reconhecidos na atividade em Portugal e estão maioritariamente relacionados com custos de reestruturação, incluindo a provisão constituída na sequência do ajustamento do quadro de pessoal em curso que ascendeu a 81,4 milhões de euros. No primeiro semestre de 2020, os itens específicos do Grupo cifraram-se em 21,2 milhões de euros, reconhecidos quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional e estão associados respetivamente a custos de reestruturação e à compensação pelo ajuste temporário da remuneração dos colaboradores e a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

Na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com o Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado da atividade internacional e consequentemente para o resultado consolidado do Grupo (3,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2021 e 3,5 milhões de euros no semestre homólogo de 2020), encontra-se refletido como resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação, tendo a informação histórica sido reexpressa por forma a assegurar a sua comparabilidade.

A **margem financeira** alcançou 768,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, que compara com 762,9 milhões de euros apurados no semestre homólogo do ano anterior. Nesta evolução, importa salientar o crescimento observado na atividade em Portugal, pese embora o mesmo tenha sido, em grande parte, absorvido pela redução verificada na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, a margem financeira apresentou um crescimento de 7,9% face aos 379,2 milhões de euros apurados no final do primeiro semestre de 2020, ascendendo a 409,3 milhões de euros, nos primeiros seis meses de 2021. Este desempenho foi, em grande parte, determinado pela redução do custo do *funding*, nomeadamente pelo impacto positivo resultante do financiamento adicional obtido junto do Banco Central Europeu, através da participação na nova operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO III). A significativa redução do custo de *funding*, face ao montante reconhecido no primeiro semestre de 2020, foi possível graças à decisão do Banco de elevar a sua participação na referida operação, primeiro para 7.550 milhões de euros, em junho de 2020, e posteriormente para 8.150 milhões de euros, em março de 2021, aliada a uma remuneração baseada numa taxa de juro negativa mais favorável, destinada a incentivar a concessão de crédito à economia. Importa, no entanto, referir que estes ganhos foram, em parte, atenuados pelos custos suportados pelo Banco com a liquidez excedentária depositada junto do Banco Central Europeu.

Paralelamente, a margem financeira da atividade em Portugal beneficiou também de menores custos suportados com a emissão de dívida subordinada, na medida em que se verificou o vencimento de algumas emissões durante o período em análise.

O negócio comercial continuou a ser fortemente condicionado pelo contexto desfavorável associado às taxas de juro situadas em níveis historicamente baixos, afetando, particularmente, o rendimento gerado pela carteira de crédito *performing* que se situou aquém do registado no primeiro semestre de 2020, não obstante o impacto positivo associado ao aumento dos volumes de crédito, nomeadamente dos empréstimos concedidos às empresas no âmbito das linhas de crédito garantidas pelo Estado Português, na sequência da pandemia provocada pela COVID-19. Por outro lado, o ritmo de redução de NPE, ainda acentuado, que se verificou no período em análise também contribuiu negativamente para a evolução da margem financeira. Inversamente, a redução da remuneração da carteira de depósitos a prazo permitiu que os recursos de clientes contribuíssem positivamente para a evolução da margem financeira, pese embora se tenha registado um crescimento no saldo médio dos depósitos de clientes remunerados.

Na atividade internacional, a margem financeira cifrou-se em 359,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, que compara com 383,7 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca, penalizado sobretudo pelos sucessivos cortes das taxas de juro de referência impostos pelo Banco Central Polaco, no primeiro semestre de 2020, que, para fazer face aos impactos da pandemia COVID-19, colocaram as taxas de juro de referência próximas de zero. A margem financeira da subsidiária em Moçambique também se revelou inferior à verificada no primeiro semestre de 2020, induzida pela evolução cambial do metical face ao euro, uma vez que em moeda local se situou num patamar superior ao alcançado nos primeiros seis meses do ano anterior.

No primeiro semestre de 2021, a taxa de margem financeira do Grupo fixou-se em 1,92%, situando-se abaixo dos 2,05% registados no semestre homólogo do ano anterior, influenciada pelo desempenho quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional. Na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira registou uma ligeira descida, de 1,53% no primeiro semestre de 2020 para 1,46% no mesmo período de 2021, pressionada pelo aumento dos volumes em balanço, pelo contexto de taxas de juro negativas, pelo maior peso dos produtos com taxas mais baixas na produção de crédito no contexto especial da pandemia e pela perda de rendimento associada à redução da carteira de NPE. Por seu lado, a taxa de margem financeira na atividade internacional, evoluiu de 3,09% no primeiro semestre de 2020 para 2,97% no mesmo período de 2021, condicionada pelo impacto da acentuada redução das taxas de juro de referência na Polónia e pelo contexto de normalização das taxas de juro em Moçambique.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	30 jun. 21		30 jun. 20	
	montante	taxa %	montante	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	6.046	0,45	4.748	0,78
Ativos financeiros	19.455	0,79	16.348	1,37
Crédito a clientes	54.132	2,66	52.461	3,09
ATIVOS GERADORES DE JUROS	79.633	2,04	73.556	2,56
Operações descontinuadas ou em descontinuação	695		686	
Ativos não geradores de juros	8.555		9.060	
	88.883		83.302	
Depósitos de instituições de crédito	9.095	-0,80	7.345	0,01
Depósitos e outros recursos de clientes	65.239	0,12	61.151	0,43
Dívida emitida	3.349	0,78	3.159	1,15
Passivos subordinados	1.284	4,69	1.500	4,86
PASSIVOS GERADORES DE JUROS	78.967	0,12	73.154	0,51
Operações descontinuadas ou em descontinuação	742		731	
Passivos não geradores de juros	1.889		2.096	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	7.285		7.322	
	88.883		83.302	
Taxa de margem financeira		1,92		2,05

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em junho de 2021 e de 2020, à respetiva rubrica de balanço.

Os **resultados por equivalência patrimonial** em conjunto com os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, cifraram-se em 30,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, que compara com 46,4 milhões de euros apurados no semestre homólogo do ano anterior, refletindo o desempenho tanto da atividade em Portugal, como da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital ascenderam a 31,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, situando-se aquém dos 43,2 milhões de euros contabilizados no mesmo período do ano anterior, devido sobretudo ao menor contributo gerado pela Millennium Ageas, na medida em que, no primeiro semestre de 2020, o mesmo incluía um impacto positivo extraordinário decorrente da avaliação dos passivos de contratos de seguro locais com base em pressupostos consistentes com os utilizados pela casa-mãe. Em contrapartida, ainda que com menor expressão, os rendimentos gerados pela participação na SIBS revelaram-se superiores aos registados no primeiro semestre de 2020. Os rendimentos de instrumentos de capital por sua vez revelaram-se imateriais face aos 2,8 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2020.

Por outro lado, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital na atividade internacional revelaram-se inferiores em 4,3 milhões de euros ao montante apurado no semestre homólogo do ano anterior, devido à menor apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico, condicionados pelos impactos causados pelas debilidades da economia local.

As **comissões líquidas**² ascenderam a 352,6 milhões de euros, no primeiro semestre de 2021, situando-se 6,4% acima dos 331,5 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. O bom desempenho das comissões líquidas, no período em análise, verificou-se tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional, não obstante os impactos negativos provocados pela pandemia associada à COVID-19 ainda se fazerem sentir em alguns tipos de comissões.

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas cresceram 6,4% face aos 232,4 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2020, ascendendo a 247,3 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente. Esta evolução foi possível graças ao desempenho quer das comissões relacionadas com o negócio bancário, que apresentaram um aumento de 4,7%, quer das comissões relacionadas com os mercados financeiros, que se situaram 16,6% acima do montante contabilizado nos primeiros seis meses de 2020.

As comissões relacionadas com o negócio bancário, na atividade em Portugal, ascenderam a 208,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, que compara com 199,5 milhões de euros registados no semestre homólogo do ano anterior, beneficiando sobretudo do aumento das comissões relacionadas com transferências de valores e das comissões de gestão e manutenção de contas. Inversamente, a diminuição da atividade após o início da pandemia refletiu-se sobretudo no desempenho das comissões diretamente relacionadas com cartões, principalmente por via da redução das comissões associadas a operações de *cash advance* e das anuidades cobradas.

Por outro lado, as comissões relacionadas com o mercado, na atividade em Portugal, evidenciaram uma expansão, de 32,9 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2020, para 38,3 milhões de euros no mesmo período de 2021, beneficiando principalmente das comissões associadas à distribuição de fundos de investimento, do desempenho das comissões angariadas com operações de bolsa e das comissões associadas à gestão de carteiras, cujo crescimento foi parcialmente mitigado pela redução das comissões relacionadas com a estruturação e montagem de operações.

² No decorrer de 2020, foram efetuadas algumas reclassificações contabilísticas, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, não tendo o montante total das comissões líquidas divulgado em períodos anteriores sofrido qualquer alteração.

Na atividade internacional, as comissões líquidas registaram um aumento de 6,3% em relação aos 99,1 milhões de euros obtidos no primeiro semestre de 2020, alcançando 105,3 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2021. Esta evolução ficou a dever-se ao desempenho da subsidiária polaca, impulsionado quer pela subida das comissões bancárias, quer pelo crescimento das comissões relacionadas com os mercados financeiros. Inversamente, as comissões líquidas na operação em Moçambique revelaram-se ligeiramente inferiores às obtidas no primeiro semestre de 2020, devido à evolução cambial do metical face ao euro.

Nos primeiros seis meses de 2021, os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 79,8 milhões de euros, mais do que duplicando os 31,8 milhões de euros alcançados em igual período do ano anterior, devendo-se esta evolução ao desempenho favorável da atividade em Portugal, pese embora o mesmo tenha sido parcialmente atenuado pela redução registada na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras ascenderam a 68,0 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano, apresentando um aumento bastante significativo em relação ao montante, marginalmente positivo, de 3,1 milhões de euros apurado no primeiro semestre de 2020. Este desempenho reflete, principalmente, os menores custos reconhecidos com a reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial, que ascenderam a 21,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, em comparação com os 68,6 milhões de euros que haviam sido refletidos na conta de exploração dos primeiros seis meses de 2020, cujo montante registado incorporava maioritariamente o impacto da revisão dos pressupostos assumidos na avaliação dos ativos subjacentes, à luz do contexto adverso provocado pela pandemia COVID-19. Adicionalmente, as mais valias registadas no primeiro semestre de 2021 com a venda de títulos de dívida pública portuguesa e estrangeira e de outros títulos, bem como os menores custos suportados com a alienação de créditos face ao primeiro semestre de 2020 contribuíram, de forma expressiva, para a evolução positiva observada. Inversamente, no primeiro semestre de 2020, haviam sido reconhecidos ganhos relevantes com operações cambiais, relacionados com a cobertura cambial da participação que o Grupo detém na Polónia, na sequência da desvalorização do zloti, que não se repetiram no ano em curso.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras evoluíram de 28,7 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2020, para 11,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, sobretudo devido ao desempenho da subsidiária polaca, que no primeiro semestre de 2021 registou menores ganhos com operações cambiais realizadas com clientes e menores proveitos com a alienação de obrigações, impactos estes que foram parcialmente compensados pelas menores perdas provenientes da reavaliação da carteira de crédito classificada obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**³ que, entre outros, incorporam os custos relacionados com as contribuições obrigatórias dos bancos e com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, apresentaram uma evolução favorável, de 119,2 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2020, para 108,0 milhões de euros também negativos no mesmo período de 2021, beneficiando do desempenho demonstrado pela atividade internacional, embora o mesmo tenha sido parcialmente atenuado pelo contributo da atividade em Portugal.

³ O montante de outros proveitos de exploração líquidos inclui os itens específicos reconhecidos pela subsidiária polaca, no primeiro semestre de 2020, no total de 0,1 milhões de euros, referentes a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos ascenderam a 71,3 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2021, que compara com 66,9 milhões de euros também negativos no primeiro semestre de 2020. Este desempenho foi fortemente condicionado pelo aumento em 13,0 milhões de euros dos custos suportados com as contribuições obrigatórias, que evoluíram de 64,2 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2020, para 77,2 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2021, dos quais 56,2 milhões de euros referentes às contribuições obrigatórias sobre o sector bancário em Portugal e ao Fundo de Resolução Nacional. A evolução das contribuições obrigatórias reflete, em larga medida, o reconhecimento de 6,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, referentes à contribuição adicional de solidariedade a aplicar sobre o sector bancário, para financiar os custos com a resposta pública ao impacto da crise atual provocada pela pandemia COVID-19, que, no ano anterior, havia sido contabilizada no terceiro trimestre. Por outro lado, importa referir que os outros proveitos de exploração líquidos no primeiro semestre de 2021 foram beneficiados pelos ganhos reconhecidos com a alienação de ativos não correntes detidos para venda, que contrastam com as perdas geradas no semestre homólogo do ano anterior.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos³ cifraram-se em 36,7 milhões de euros negativos nos primeiros seis meses do ano, que compara com 52,3 milhões de euros também negativos registados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução encontra-se influenciada principalmente pelo desempenho da subsidiária polaca que, contrariamente ao que aconteceu na atividade em Portugal, reflete, em grande parte, a redução dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a operação está sujeita. No primeiro semestre de 2021, o desempenho dos outros proveitos líquidos na subsidiária polaca beneficiou também de um proveito, no montante de 16,4 milhões de euros, correspondente ao valor a receber da Société Générale, na sequência do contrato de aquisi o do Euro Bank S.A. associado ao risco legal relativo aos créditos hipotecários em moeda estrangeira.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

Milhões de euros

	6M21	6M20	Var. 21/20
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	0,7	3,5	-79,7%
COMISSÕES LÍQUIDAS	352,6	331,5	6,4%
Comissões bancárias	298,8	284,2	5,1%
Cartões e transferências de valores	83,5	75,7	10,4%
Crédito e garantias	76,4	74,0	3,2%
<i>Bancassurance</i>	58,9	63,2	-6,8%
Gestão e manuten�o de contas	74,0	64,5	14,8%
Outras comissões	5,9	6,8	-12,5%
Comissões relacionadas com mercados	53,8	47,3	13,7%
Opera�es sobre títulos	28,0	26,7	4,8%
Gestão de ativos	25,9	20,6	25,2%
RESULTADOS EM OPERA�ES FINANCEIRAS	79,8	31,8	150,9%
OUTROS PROVEITOS DE EXPLORA�O LÍQUIDOS	(108,0)	(119,2)	9,4%
RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	29,3	42,9	-31,7%
TOTAL DE OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS	354,4	290,5	22,0%
Outros proveitos líquidos / Produto bancário	31,6%	27,6%	

Os **custos operacionais**, não considerando o efeito dos itens específicos⁴, totalizaram 504,6 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2021, situando-se 4,3% abaixo dos 527,4 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução reflete o desempenho quer da atividade em Portugal, quer principalmente da atividade internacional, evidenciando o enfoque do Grupo no compromisso assumido relativo à melhoria de eficiência.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais, não considerando o efeito dos itens específicos (87,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021 e 13,2 milhões de euros no semestre homólogo de 2020), cifraram-se em 302,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, evidenciando uma redução de 1,0% face aos 305,1 milhões de euros contabilizados no mesmo período de 2020. Importa referir que o montante significativo dos itens específicos reconhecidos no primeiro semestre de 2021, incorpora o impacto dos ajustamentos a efetuar ao quadro de pessoal, na sequência da análise efetuada às necessidades do Banco face à capacidade existente, tendo em conta também a adaptação dos modelos e processos de negócio às novas tecnologias. A evolução favorável dos custos operacionais, excluindo os itens específicos, ficou a dever-se sobretudo às poupanças obtidas nos custos com o pessoal, tendo, no entanto, sido atenuada pelo aumento das amortizações do exercício.

Na atividade internacional, os custos operacionais, excluindo o efeito dos itens específicos (7,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2020), registaram uma redução de 9,0% face aos 222,3 milhões de euros contabilizados nos primeiros seis meses de 2020, totalizando 202,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2021. Esta evolução resulta sobretudo do desempenho da subsidiária polaca, que reflete, por um lado, os menores custos com o pessoal, por via da significativa redução do número de colaboradores e, por outro, um decréscimo dos outros gastos administrativos, em parte, como consequência de medidas de melhoria de eficiência e das sinergias obtidas após a fusão com o Euro Bank S.A. Na operação em Moçambique também se assistiu a uma redução dos custos operacionais no mesmo período, pese embora a mesma tenha sido determinada pela evolução cambial do metical face ao euro. Os custos operacionais na atividade internacional refletem a redução transversal dos custos com o pessoal, dos outros gastos administrativos e das amortizações.

Em termos consolidados, a redução verificada nos custos operacionais, conjuntamente com o aumento dos proveitos *core* e do produto bancário, permitiu que os rácios de eficiência e de eficiência *core* do Grupo, excluindo os itens específicos, se fixassem em 44,9% e 45,0% respetivamente, abaixo dos valores apurados no primeiro semestre de 2020 (50,1% e 48,2%, respetivamente), que a partir do segundo trimestre haviam sido penalizados pelo contexto adverso da pandemia COVID-19.

Os **custos com o pessoal**, não considerando o efeito dos itens específicos (87,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021 e 18,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2020), totalizaram 287,1 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2021, apresentando uma redução de 4,0% face aos 299,1 milhões de euros contabilizados no período homólogo de 2020, beneficiando do desempenho favorável quer da atividade em Portugal, quer sobretudo da atividade internacional. Os itens específicos anteriormente mencionados estão, em ambos os períodos, relacionados maioritariamente com custos de reestruturação na atividade em Portugal, sendo que, no

⁴ Impacto negativo de 87,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, relativos maioritariamente a custos de reestruturação, reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal, incluindo uma provisão para fazer face aos custos relacionados com o ajustamento do quadro de pessoal em curso, no montante de 81,4 milhões de euros. No primeiro semestre de 2020, o impacto também foi negativo, no montante de 21,1 milhões de euros, dos quais 13,2 milhões de euros referentes a custos de reestruturação e à compensação pelo ajuste temporário da remuneração dos colaboradores do Banco, ambos reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal e 7,9 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (5,4 milhões de euros como custos com o pessoal, 2,3 milhões de euros como outros gastos administrativos e 0,2 milhões de euros como amortizações do exercício).

primeiro semestre de 2020, incorporaram também os custos com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração dos colaboradores da atividade em Portugal e os custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca. Importa referir que no primeiro semestre de 2021, o montante associado aos custos de reestruturação na atividade em Portugal, inclui o impacto dos ajustamentos a efetuar ao quadro de pessoal, na sequência da análise efetuada às necessidades do Banco face à capacidade existente, tendo em conta também a adaptação dos modelos e processos de negócio às novas tecnologias. Apesar da necessidade de ajustamento do quadro de pessoal já ter sido identificada no âmbito do plano estratégico Mobilizar 2018/2021 e deste ajustamento ter sido previsto para o ano de 2020, o surgimento da pandemia associada à COVID-19 e os seus efeitos na economia e na vida das famílias levaram o Banco a adiar a sua implementação.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal, excluindo o impacto dos itens específicos (87,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, incluindo a provisão no montante de 81,4 milhões de euros associada ao plano de ajustamento do quadro de pessoal em curso, e 13,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2020), evidenciaram uma redução de 2,6% face aos 181,4 milhões de euros apurados na primeira metade de 2020, cifrando-se em 176,8 milhões de euros em igual período de 2021.

Apesar de se ter vindo a assistir à contratação de novos colaboradores em Portugal, sobretudo com competências adequadas para reforçar as áreas digitais, a evolução favorável dos custos com o pessoal, excluindo os itens específicos, reflete principalmente a redução, em termos líquidos, do número de colaboradores que passou de 7.154 colaboradores em 30 de junho de 2020, para 6.937 colaboradores no final de junho de 2021.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal situaram-se 6,2% abaixo dos 117,6 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre de 2020, fixando-se em 110,3 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2021. Os montantes referidos não incluem o impacto dos itens específicos, integralmente reconhecidos no primeiro semestre de 2020 pela subsidiária polaca, no montante de 5,4 milhões de euros, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

A evolução favorável dos custos com o pessoal na atividade internacional ficou a dever-se sobretudo ao desempenho da subsidiária polaca, determinado pelo impacto associado à progressiva redução do número total de colaboradores, que evoluiu de 8.283 colaboradores (8.141 FTE - *full time equivalent*) em 30 de junho de 2020, para 7.286 colaboradores (7.148 FTE - *full-time equivalent*) em 30 de junho de 2021. O contexto desafiante que a subsidiária polaca tem vindo a enfrentar desde 2020, marcado por uma forte redução das taxas de juro e pelos riscos implícitos na carteira de crédito à habitação em francos suíços, ditaram a necessidade de aceleração do plano de reestruturação, materializando-se na desvinculação de cerca de 1.000 colaboradores no período em análise. Na atividade em Moçambique, também se assistiu a uma redução do número de colaboradores, de 2.646 em 30 de junho de 2020, para 2.611 em 30 de junho de 2021, tendo, no entanto, a evolução favorável dos custos com o pessoal sido determinada pela evolução cambial do metical face ao euro.

O número total de colaboradores afetos à atividade internacional em 30 de junho de 2021 era de 9.984 colaboradores, número significativamente inferior aos 11.016 colaboradores na mesma data do ano anterior, refletindo sobretudo a evolução observada no Bank Millennium.

Os **outros gastos administrativos**, não considerando o impacto dos itens específicos, evoluíram favoravelmente, apresentando uma redução de 6,8% face aos 160,0 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre de 2020, fixando-se em 149,2 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2021. Os itens específicos, no montante de 2,3 milhões de euros, foram integralmente reconhecidos pela subsidiária polaca, no primeiro semestre de 2020 e dizem respeito a custos suportados com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

O desempenho favorável dos outros gastos administrativos, em termos consolidados, ficou a dever-se essencialmente às poupanças obtidas na atividade internacional, na medida em que na atividade em Portugal, estes custos se situaram num patamar semelhante ao do primeiro semestre de 2020.

Nos primeiros seis meses de 2021, os outros gastos administrativos, na atividade em Portugal, cifraram-se em 85,4 milhões de euros mantendo-se em linha com o montante apurado no período homólogo do ano anterior, uma vez que as poupanças obtidas nalgumas rubricas foram absorvidas, quase na íntegra, pelo aumento de custos observado noutras componentes.

Assim, as reduções mais significativas verificaram-se em custos associados a água, energia e combustíveis, informática, deslocações, estadas e representações, formação, comunicações e transportes, refletindo maioritariamente os impactos decorrentes da pandemia associada à COVID-19, na medida em que os mesmos só se começaram a fazer sentir a partir do segundo trimestre de 2020. Entre esses impactos destacam-se os decorrentes da suspensão ou cancelamento de determinados projetos e deslocações, a par com a permanência em teletrabalho de um número bastante significativo de colaboradores. Paralelamente, as reduções referidas refletem também os impactos da prossecução de uma gestão disciplinada dos custos, nomeadamente os que decorreram do redimensionamento da rede de sucursais, que evoluíram de 493 em 30 de junho de 2020 para 458 em 30 de junho de 2021. Por outro lado, assistiu-se a um crescimento dos custos associados a estudos e consultas devido, em parte, ao menor número de projetos que haviam sido implementados no primeiro semestre de 2020, uma vez que com o surgimento da pandemia uma parte relevante desses projetos foi postecipada e também dos custos com *outsourcing*, por via da maior atividade registada nos *call centers*. Os custos com publicidade e contencioso também se revelaram superiores aos registados no primeiro semestre de 2020, refletindo a retoma gradual da atividade.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos, não considerando o impacto dos itens específicos anteriormente referidos, totalizaram 63,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, situando-se 14,1% abaixo dos 74,2 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca, cujas medidas de reestruturação em curso permitiram tirar partido de um conjunto de sinergias após a fusão com o EuroBank S.A, entre as quais se salienta a poupança de custos associada à otimização da rede de sucursais, cujo número total evoluiu das 766 existentes em 30 de junho de 2020 para 676 no final de junho de 2021, e a redução dos custos suportados com informática. Embora com menor magnitude os outros gastos administrativos reconhecidos pela subsidiária em Moçambique, também se revelaram inferiores aos registados no primeiro semestre de 2020, devido essencialmente ao impacto da desvalorização do metical face ao euro. Em 30 de junho de 2021, a subsidiária em Moçambique detinha 199 sucursais, menos uma do que na mesma data do ano anterior.

As **amortizações do exercício**, excluindo os itens específicos reconhecidos pela subsidiária polaca no primeiro semestre de 2020 que neste contexto se afiguram imateriais, permaneceram em linha com o montante apurado no primeiro semestre de 2020, cifrando-se em 68,3 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2021. Esta evolução incorpora, no entanto, dinâmicas distintas uma vez que o aumento verificado na atividade em Portugal absorveu integralmente a redução observada na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício evoluíram de 37,9 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre de 2020, para 40,0 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano corrente, refletindo essencialmente o aumento do investimento em *software* efetuado nos últimos anos. O reforço do investimento em *software* evidencia o empenho do Banco na inovação tecnológica e no processo de transformação digital em curso, tendo sido crucial para a capacidade de resposta imediata, permitindo enfrentar de forma eficaz os desafios impostos pelo impacto da pandemia associada à COVID-19.

Na atividade internacional, as amortizações do exercício, excluindo os itens específicos, de montante imaterial, totalizaram 28,3 milhões no primeiro semestre de 2021, situando-se 6,9% abaixo dos 30,4 milhões de euros, reconhecidos no primeiro semestre de 2020. Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente à atividade da subsidiária polaca, refletindo, em parte, as sinergias obtidas na sequência da integração do Euro Bank S.A. pelo Bank Millennium, S.A. A desvalorização cambial quer do zloti, quer do metical face ao euro também contribuiu para a evolução favorável das amortizações do exercício na atividade internacional, tendo inclusivamente sido determinante no caso da subsidiária em Moçambique.

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros

	6M21	6M20	Var. 21/20
Custos com o pessoal	287,1	299,1	-4,0%
Outros gastos administrativos	149,2	160,0	-6,8%
Amortizações do exercício	68,3	68,3	0,0%
CUSTOS OPERACIONAIS EXCLUINDO ITENS ESPECÍFICOS	504,6	527,4	-4,3%
CUSTOS OPERACIONAIS	591,8	548,6	7,9%
dos quais (1):			
Atividade em Portugal	302,2	305,1	-1,0%
Atividade internacional	202,4	222,3	-9,0%

(1) Exclui o impacto dos itens específicos.

No primeiro semestre de 2021, as dotações para **imparidade do crédito** (líquidas de recuperações) totalizaram 156,9 milhões de euros, que compara favoravelmente com os 237,3 milhões de euros reconhecidos no semestre homólogo do ano anterior, refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) apresentaram uma diminuição de 19,6% face aos 158,0 milhões de euros apurados nos primeiros seis meses de 2020, fixando-se em 127,0 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2021. Esta redução reflete, em parte, o efeito dos impactos extraordinários que haviam sido reconhecidos em junho de 2020, na sequência da atualização dos parâmetros de risco de crédito considerados para efeitos de cálculo da imparidade coletiva, por forma a refletir o cenário macroeconómico ditado, na altura, pelos riscos associados à COVID-19 e que se traduziu no reconhecimento de imparidades adicionais, no montante de 71,8 milhões de euros, no primeiro semestre do ano anterior. Adicionalmente, no primeiro semestre de 2021 verificaram-se impactos positivos extraordinários, não esperados, associados à atividade de um cliente individual que conduziram a menores necessidades de imparidade.

Na atividade internacional, assistiu-se igualmente a uma redução das dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações), que evoluíram dos 79,3 milhões de euros contabilizados no primeiro semestre de 2020, para 29,9 milhões de euros reconhecidos nos primeiros seis meses de 2021. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca, induzida pela melhoria verificada quer no nível de risco implícito nos créditos objeto de moratórias, entretanto expiradas, quer no risco da carteira de crédito, tanto de clientes particulares como de empresas. De salientar que, o montante das imparidades reconhecidas pela subsidiária polaca no primeiro semestre de 2020 encontra-se também influenciado pelo reforço extraordinário de 15,7 milhões de euros efetuado no ano anterior para fazer face aos riscos implícitos à pandemia COVID-19, contribuindo igualmente para o decréscimo verificado no período. A subsidiária em Moçambique, pese embora com menor materialidade, também

contribuiu de forma positiva para a evolução da imparidade de crédito na atividade internacional, influenciada pela reversão da imparidade associada a um cliente individual, motivada pela dação em cumprimento do imóvel em garantia.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações) verificada em termos consolidados levou a que o custo do risco (líquido de recuperações) do Grupo registasse uma melhoria face aos 85 pontos base observados no primeiro semestre de 2020, fixando-se em 55 pontos base no mesmo período de 2021. Na atividade em Portugal, o custo do risco (líquido de recuperações) evoluiu de 82 pontos base no primeiro semestre de 2020, para 64 pontos base no mesmo período do ano corrente sendo que na atividade internacional melhorou de 92 pontos base para 33 pontos base no mesmo período.

Expurgando os impactos extraordinários anteriormente referidos (reversões *one-off*), quer na atividade em Portugal, quer na subsidiária em Moçambique, o custo do risco do Grupo e da atividade em Portugal, no final do primeiro semestre de 2021, seria de 68 pontos base e de 81 pontos base, respetivamente.

As **outras imparidades e provisões** situaram-se em 304,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2021, que compara com 114,0 milhões de euros registados no mesmo período de 2020, com esta evolução a ser determinada pelo contributo da atividade internacional, nomeadamente da subsidiária polaca, fortemente penalizado pelo reforço da provisão extraordinária, constituída para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira. Adicionalmente, na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões também se situaram num patamar superior ao verificado nos primeiros seis meses de 2020.

A evolução das outras imparidades e provisões na atividade em Portugal, de 46,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, para 68,6 milhões de euros nos primeiros seis meses do ano corrente, foi largamente influenciada pelo reforço das provisões para outros riscos e encargos.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 236,3 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2021, situando-se acima dos 67,4 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2020. O aumento de 168,9 milhões de euros verificado neste período resultou essencialmente do desempenho da subsidiária polaca, na medida em que reflete, maioritariamente o reforço da provisão extraordinária em 230,6 milhões de euros (38,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2020), constituída para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência das tendências negativas nas decisões judiciais, do aumento do número de novos processos judiciais e dos pressupostos mais conservadores aplicados na avaliação de risco. No primeiro semestre de 2021, o impacto das provisões mencionadas foi mitigado pelo reconhecimento de proveitos, no montante de 16,4 milhões de euros (refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos), correspondente ao valor a receber da Société Générale, no âmbito do contrato de aquisi o do Euro Bank S.A. Inversamente, a evolu o das outras imparidades e provisões foi também influenciada pelas dota es adicionais, no valor de 13,7 milhões de euros que haviam sido reconhecidas no primeiro semestre de 2020 pela subsidiária polaca, para fazer face   devolu o aos seus clientes de comissões cobradas pelo reembolso antecipado de opera es de crédito ao consumo, na sequência de uma decisão tomada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. No primeiro semestre de 2020, as outras imparidades e provisões da atividade internacional incluem ainda imparidades, no montante de 12,8 milhões de euros (3,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2021), para o investimento na participa o no Banco Millennium Atlântico (incluindo o *goodwill*), destinadas a fazer face aos riscos inerentes ao contexto em que opera o angolana desenvolve a sua atividade. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, embora numa dimensão mais reduzida, também registou um montante mais elevado em outras imparidades e provisões, face ao que havia sido reconhecido no primeiro semestre de 2020.

Os **impostos (correntes e diferidos)** sobre lucros totalizaram 103,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, montante que compara com 58,3 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, no primeiro semestre de 2021, impostos correntes de 50,4 milhões de euros (55,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2020) e impostos diferidos no montante de 52,6 milhões de euros (2,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2020).

Os gastos por impostos correntes nos seis primeiros meses de 2021 foram fortemente condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, ambos na subsidiária polaca, não dedutíveis para efeitos fiscais.

Os gastos por impostos diferidos nos seis primeiros meses de 2021 decorrem essencialmente da constituição de provisões e dos tributos sobre o setor bancário em Portugal, não dedutíveis para efeitos fiscais.

BALANÇO

O **ativo total** do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 91.365 milhões de euros em 30 de junho de 2021, evidenciando um crescimento de 5,6% face aos 86.519 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior. O aumento verificado foi determinado pelo desempenho da atividade em Portugal, tendo também beneficiado da evolução favorável registada na atividade internacional, ainda que com menor expressão.

Na atividade em Portugal, o ativo total ascendeu a 64.631 milhões de euros em 30 de junho de 2021, situando-se 7,4% acima dos 60.176 milhões de euros apurados no final de junho do ano anterior. Esta evolução foi impulsionada sobretudo pelo aumento verificado na carteira de títulos, caracterizada por um reforço dos ativos elegíveis, nomeadamente no que respeita à carteira de dívida pública portuguesa e estrangeira, que permitiu assim a aplicação do excedente de liquidez existente. Paralelamente, a carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) também contribuiu significativamente para o aumento registado no ativo total, situando-se num patamar superior ao verificado no ano anterior. As reduções mais relevantes, embora de menor magnitude, verificaram-se nas aplicações em outras instituições de crédito e nos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente na carteira de imóveis recebidos em dação.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 26.734 milhões de euros em 30 de junho de 2021, comparando favoravelmente (+1,5%) com os 26.343 milhões de euros registados em igual data do ano anterior.

A **carteira de crédito (bruto)** consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, ascendeu a 57.885 milhões de euros em 30 de junho de 2021, evidenciando um crescimento de 3,4% face aos 55.960 milhões de euros alcançados na mesma data de 2020, graças aos desempenhos favoráveis quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, o saldo da carteira de crédito a clientes (bruto) situou-se 2,9% acima dos 38.402 milhões de euros apurados no final de junho de 2020, alcançando 39.515 milhões de euros em 30 de junho do ano corrente. Para esta evolução contribuiu, em grande parte, o crédito concedido ao abrigo das linhas de crédito lançadas pelo Governo para fazer face aos impactos provocados pela pandemia associada à COVID-19, permitindo simultaneamente que o Banco continuasse a reforçar a sua presença junto das empresas portuguesas. Importa salientar que este crescimento foi possível apesar da redução de 813 milhões de euros de NPE alcançada,

prossequindo-se assim com sucesso a estratégia de desinvestimento neste tipo de ativos, levada a cabo pelo Banco nos últimos anos, na medida em que essa redução foi mais do que compensada pelo crescimento de 1.926 milhões de euros registada no crédito *performing*.

Em 30 de junho de 2021, o montante total de crédito concedido pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19 garantidas pelo Estado Português ascendia a 2.642 milhões de euros, o que representa um crescimento de 16,8% face ao montante de 2.262 milhões de euros que, no final do ano de 2020, o Banco havia desembolsado ao abrigo destas linhas. De salientar que as linhas de crédito foram disponibilizadas principalmente a pequenas e médias empresas portuguesas, tendo permitido apoiar mais de 18 mil clientes. No final do primeiro semestre de 2021 representavam cerca de 7% da carteira de crédito total da atividade em Portugal.

Tendo terminado no final do primeiro trimestre o prazo para adesões às moratórias na sequência da reativação promovida pela Autoridade Bancária Europeia em 2 de dezembro de 2020 e da publicação do Decreto-Lei n.º 107/2020, de 31 de dezembro de 2020 e após o impacto significativo da diminuição do valor das exposições sujeitas a moratória no segmento de Particulares no âmbito da moratória privada, ao longo do segundo trimestre de 2021 registou-se uma redução progressiva por cancelamento/expiração das moratórias ou liquidação de responsabilidades.

MORATÓRIAS*

	Milhões de euros			
	30 jun. 21		31 mar. 21	
	Ativas	Expiradas	Ativas	Expiradas
Famílias	3.269	934	3.421	862
Empresas	4.066	711	4.597	270
Total	7.336	1.645	8.018	1.132

* Exclui as prorrogações dos períodos de carência de capital e extensão de maturidade em operações de crédito que tenham beneficiado de garantias prestadas pelas Sociedades de Garantia Mútua ou pelo Fundo de Contragarantia Mútua, no âmbito do Decreto-Lei 22C/2021 de 22 de março.

Em 30 de junho de 2021 o valor total da carteira objeto de moratória ascendia a 7.336 milhões de euros, evidenciando uma redução de 8,1% e 15,5%, respetivamente, face aos 8.018 milhões de euros existentes no final de março de 2021 e 8.679 milhões de euros registados no final do ano de 2020.

Contrariamente ao ocorrido no primeiro trimestre, em que a redução de moratórias ativas ocorreu quase na totalidade no segmento de particulares, no segundo trimestre cerca de 78% da redução verificou-se no segmento de empresas. Refira-se ainda que, do montante total de moratórias ativas em 30 de junho de 2021, 55% diz respeito a operações de crédito contratadas por empresas e 45% por famílias.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (bruto) ascendeu a 18.370 milhões de euros em 30 de junho de 2021, situando-se 4,6% acima dos 17.558 milhões de euros apurados na mesma data de 2020, refletindo sobretudo o crescimento registado na subsidiária polaca.

A estrutura da carteira de crédito a clientes (bruto) consolidada manteve padrões equilibrados de diversificação, com o crédito a particulares e o crédito a empresas a representarem, respetivamente, 57,2% e 42,8% do montante total da carteira de crédito a clientes em 30 de junho de 2021, muito em linha com os rácios de 56,9% e 43,1% apurados na mesma data de 2020.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	30 jun. 21	30 jun. 20	Var. 21/20
PARTICULARES	33.106	31.863	3,9%
Hipotecário	27.206	26.038	4,5%
Pessoal	5.900	5.825	1,3%
EMPRESAS	24.779	24.097	2,8%
Serviços	8.410	8.600	-2,2%
Comércio	4.234	3.991	6,1%
Construção	1.686	1.689	-0,2%
Outros	10.450	9.818	6,4%
TOTAL	57.885	55.960	3,4%
do qual:			
Atividade em Portugal	39.515	38.402	2,9%
Atividade internacional	18.370	17.558	4,6%

A **qualidade da carteira de crédito** continua a ser uma das prioridades do Grupo, que tem mantido o enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito, materializado através das várias iniciativas encetadas pelas áreas comerciais e pelas áreas de recuperação de crédito, com o objetivo de reduzir o valor do crédito em incumprimento ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido importa salientar a redução de 23,7% do montante da carteira de NPE, que evoluiu de 3.934 milhões de euros em 30 de junho de 2020, para 3.004 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente. Não obstante o contexto adverso, verificou-se uma diminuição (líquida) da carteira de NPE de 931 milhões de euros em termos consolidados, dos quais 813 milhões de euros em Portugal.

O rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total também apresentou uma evolução favorável de 7,0% em 30 de junho de 2020, para 5,2% na mesma data de 2021, salientando-se o comportamento da carteira de crédito doméstica, cujo rácio de NPE diminuiu de 7,6% para 5,3% no mesmo período.

Os indicadores de cobertura evidenciaram igualmente uma melhoria generalizada neste último ano, sendo de destacar o aumento dos graus de cobertura na atividade em Portugal, nomeadamente da cobertura de NPE por imparidades que se situou em 67,3% em 30 de junho de 2021, face a 56,5% relevados em igual data do ano anterior. A cobertura de NPL há mais de 90 dias na atividade em Portugal, por sua vez, não obstante a situação pandémica que se vive atualmente, evoluiu de 111,6% no final de junho de 2020, para 146,0% em 30 de junho de 2021.

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	30 jun. 21	30 jun. 20	Var. 21/20	30 jun. 21	30 jun. 20	Var. 21/20
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	57.885	55.960	3,4%	39.515	38.402	2,9%
Crédito vencido > 90 dias	1.126	1.416	-20,5%	753	953	-21,0%
Crédito vencido	1.250	1.528	-18,2%	763	969	-21,3%
Crédito reestruturado	2.512	3.055	-17,8%	1.965	2.541	-22,7%
NPL > 90 dias	1.463	2.100	-30,3%	965	1.473	-34,5%
NPE	3.004	3.934	-23,7%	2.095	2.908	-28,0%
Imparidade do crédito (balanço)	2.000	2.274	-12,0%	1.409	1.644	-14,3%
RÁCIOS EM PORCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,9%	2,5%		1,9%	2,5%	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	2,2%	2,7%		1,9%	2,5%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	4,3%	5,5%		5,0%	6,6%	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	2,5%	3,8%		2,4%	3,8%	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	5,2%	7,0%		5,3%	7,6%	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	177,7%	160,6%		187,1%	172,5%	
Cobertura do Crédito vencido	160,0%	148,8%		184,6%	169,6%	
Cobertura de NPL > 90 dias	136,7%	108,3%		146,0%	111,6%	
Cobertura de NPE	66,6%	57,8%		67,3%	56,5%	
EBA						
Rácio NPE (inclui títulos e extra-patrimoniais)	3,5%	4,8%		3,6%	5,3%	

Nota: Os NPE incluem apenas o crédito a clientes, tal como definido no glossário.

Os **recursos totais de clientes** alcançaram 90.351 milhões de euros em 30 de junho de 2021, situando-se 8,6% acima dos 83.163 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, tendo beneficiado do bom desempenho registado na generalidade das rubricas, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Em termos consolidados, a boa evolução dos recursos totais de clientes, reflete maioritariamente o desempenho dos depósitos e outros recursos de clientes que apresentaram um crescimento de 4.637 milhões de euros, de 63.464 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2020, para 68.101 milhões de euros em 30 de junho de 2021. Adicionalmente, os recursos totais de clientes também beneficiaram do crescimento de 2.576 milhões de euros registado nos recursos fora de balanço, que evoluíram de 18.154 milhões de euros, para 20.731 milhões de euros no mesmo período.

Na atividade em Portugal, os recursos totais ascenderam a 64.039 milhões de euros no final de junho de 2021, evidenciando um aumento de 5.587 milhões de euros face aos 58.451 milhões de euros registados em igual data do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se, em grande parte, ao desempenho dos depósitos e outros recursos de clientes, que aumentaram de 41.847 milhões de euros, para 45.696 milhões de euros no mesmo período, reafirmando o seu peso na estrutura de financiamento do ativo. Esta evolução evidencia a maior propensão à poupança das famílias portuguesas, em resposta quer ao sentimento natural de insegurança desencadeado pela crise pandémica, quer às decisões de adiamento do consumo de bens duradouros. Paralelamente, o crescimento dos recursos totais também foi impulsionado pelos recursos fora de balanço que se situaram 1.661 milhões de euros acima do montante apurado no final de junho de 2020, devido maioritariamente ao aumento dos ativos distribuídos, em particular por via da colocação de fundos de investimento de terceiros. Ainda que mais modesto, os ativos sob gestão também apresentaram um aumento face à mesma data do ano anterior, pese embora o mesmo tenha sido integralmente absorvido pela redução verificada nos seguros de poupança e investimento.

Na atividade internacional, os recursos totais cifraram-se em 26.313 milhões de euros em 30 de junho de 2021, situando-se 1.601 milhões de euros acima dos 24.712 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior. Esta evolução foi impulsionada quer pelos recursos de balanço, quer pelos recursos fora de balanço, cujos crescimentos foram de 685 milhões de euros e de 915 milhões de euros, respetivamente. A subsidiária polaca foi a principal responsável pela boa evolução dos recursos na atividade internacional, sendo também de referir o contributo das operações suíça e moçambicana no que respeita, respetivamente, ao aumento dos ativos sob gestão e aos depósitos e outros recursos de clientes.

Em termos consolidados, os recursos de clientes de balanço, em 30 de junho de 2021, representavam 77% dos recursos totais de clientes (78% na mesma data no ano anterior), enquanto o peso dos depósitos e outros recursos de clientes nos recursos totais era de 75% (76% em 30 de junho de 2020).

O rácio de transformação, no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, situou-se em 82% em 30 de junho de 2021, que compara com 85% no final de junho do ano anterior. O mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, evoluiu de 83% em 30 de junho de 2020 para 80% na mesma data de 2021.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	30 jun. 21	30 jun. 20	Var. 21/20
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	69.621	65.009	7,1%
Depósitos e outros recursos de clientes	68.101	63.464	7,3%
Débitos para com clientes titulados	1.519	1.545	-1,6%
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	20.731	18.154	14,2%
Ativos sob gestão	7.055	5.465	29,1%
Ativos distribuídos	6.191	4.242	45,9%
Seguros de poupança e de investimento	7.485	8.447	-11,4%
TOTAL	90.351	83.163	8,6%
do qual:			
Atividade em Portugal	64.039	58.451	9,6%
Atividade internacional	26.313	24.712	6,5%

A **carteira de títulos** do Grupo, tal como definida no glossário, atingiu 22.837 milhões de euros em 30 de junho de 2021, evidenciando um crescimento de 16,4% face aos 19.625 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, tendo aumentando o seu peso no ativo total de 22,7% para 25,0% no mesmo período.

A carteira de títulos do Grupo reflete sobretudo o desempenho da carteira afeta à atividade em Portugal, cujo saldo aumentou de 12.784 milhões de euros no final de junho de 2020, para 16.871 milhões de euros em 30 de junho de 2021. Este aumento de 4.087 milhões de euros reflete o reforço das carteiras de dívida soberana portuguesa e estrangeira, nomeadamente francesa, espanhola, belga e irlandesa, que permitiu assim a aplicação do excedente de liquidez existente. Por sua vez, a carteira de títulos afeta à atividade internacional, registou uma redução de 875 milhões de euros face ao montante apurado em 30 de junho de 2020, devido essencialmente ao desinvestimento da subsidiária na Polónia em dívida soberana polaca.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR: *Liquidity Coverage Ratio*), em base consolidada, situou-se em 270% no final de junho de 2021, mantendo-se confortavelmente acima do requisito mínimo de 100%, suportado em carteiras de ativos altamente líquidos de valor compatível com uma gestão prudente da liquidez de curto prazo por parte do Grupo. O rácio de cobertura de liquidez aumentou significativamente face ao rácio apurado na mesma data do ano anterior (249%), que já refletia um elevado nível de cobertura.

Em harmonização com a norma de financiamento estável do CBSB, em junho de 2021, entrou em vigor o requisito mínimo regulamentar de 100% para o NSFR (Artigo 428 do Regulamento (EU) 2019/876). O Grupo reforçou a disposição da base de financiamento estável, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding*, por financiamento colateralizado e por instrumentos de médio e longo prazo, que permitiu que o rácio de financiamento estável (NSFR: *Net Stable Funding Ratio*) apurado em 30 de junho de 2021 se fixasse em 148% (137% em 30 de junho de 2020).

Dando sequência à tendência observada no trimestre seguinte à eclosão da crise associada à COVID-19, ocorrida em março de 2020, as três principais operações do Grupo evidenciaram um reforço significativo das respetivas bases de depósitos desde 30 de junho de 2020 até ao final do primeiro semestre de 2021.

Em termos da estrutura de financiamento, e na sequência de decisão do BCE de alargar o recurso à Operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada III (ORPA III, "T LTRO III" na abreviatura inglesa) a 55% dos empréstimos elegíveis, o BCP tomou no primeiro trimestre de 2021 uma tranche adicional de 600 milhões de euros, a juntar aos 7,55 mil milhões de euros tomados em junho de 2020, elevando assim para 8,15 mil milhões de euros o montante bruto total tomado neste instrumento.

Ainda com impacto no reforço da sua posição de liquidez, o BCP tirou partido de condições de mercado favoráveis prevaletentes durante o primeiro trimestre de 2021 para antecipar a execução de uma emissão *senior preferred* no montante de 500 milhões de euros, prevista no Plano de Liquidez apenas para o terceiro trimestre de 2021, para cumprimento dos requisitos designados por "MREL".

A liquidez adicional assim obtida, acrescida da que resultou da redução do *gap* comercial em Portugal, continuou a ser aplicada de modo prioritário no apoio à economia real e ainda, dada a sua magnitude, no reforço em 4,1 mil milhões de euros da carteira de títulos em Portugal. A liquidez depositada no Banco de Portugal manteve-se em 3,4 mil milhões de euros.

O crescimento das carteiras de dívida soberana contribuiu para o aumento de 4,4 mil milhões de euros do saldo de ativos elegíveis disponíveis para desconto no BCE, para 25,9 mil milhões de euros. Considerando que o financiamento líquido junto do BCE, no mesmo período, cresceu 534 milhões de euros, para 4,8 mil milhões de euros, o *buffer* de liquidez junto do BCE aumentou 3,9 mil milhões de euros, para 21,1 mil milhões de euros.

Em resposta à crise associada à COVID-19, e para além de aumentar a provisão de liquidez adicional ao sistema bancário através da criação da referida ORPA III, o BCE procedeu a uma redução transversal dos *haircuts* aplicáveis a todos os tipos de ativos elegíveis para desconto, no caso dos *portfolios* de direitos de crédito com caráter permanente. Salvo decisão em contrário por parte daquela entidade, as medidas de caráter temporário deverão vigorar até 30 de junho de 2022, não se prevendo que a sua reversão tenha consequências materiais no *buffer* detido pelo BCP junto do BCE, considerando a sua dimensão atual.

De igual modo, entre 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021, as duas principais subsidiárias, Bank Millennium e Millennium bim, evidenciaram posições de liquidez muito robustas, combinando o reforço das respetivas bases de depósitos com *buffers* descontáveis em bancos centrais de dimensão material, que lhes permitiram posicionar-se na zona de conforto dos indicadores de risco de liquidez adotados transversalmente pelo Grupo, bem como em todos os indicadores regulatórios.

Em termos consolidados, o risco de refinanciamento de instrumentos de médio longo prazo manter-se-á em níveis muito reduzidos nos próximos anos, dado que apenas em 2022 atingirá 1,0 mil milhões de euros. Mesmo neste caso, envolverá o pagamento de uma emissão de obrigações hipotecárias nesse exato valor, cujo colateral será integrado no *buffer* de liquidez descontável no BCE após o reembolso, significando por isso uma perda pouco significativa de liquidez.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 30 de junho de 2021 fixou-se em 11,7% em *phased-in* e em 11,6% em *fully implemented*, refletindo uma variação de -46 e de -54 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 12,1% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* no mesmo período de 2020 e acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2021 (CET1 8,828%, T1 10,750% e Total 13,313%).

A evolução dos rácios de capital no período foi impactada significativamente pelo aumento de provisionamento para riscos legais associados a créditos em moeda estrangeira no Bank Millennium na Polónia, bem como pelos custos da reestruturação em curso. Apesar destes impactos negativos, os rácios teriam mantido níveis semelhantes aos valores registados em igual período do ano anterior, não fora o tratamento assimétrico em termos de capital regulamentar de desvios decorrentes da alteração da taxa de desconto das responsabilidades do Fundo de Pensões. De facto, o Fundo de Pensões apresentava, em 30 de junho de 2021, um excesso de cobertura de responsabilidades por ativos de 287 milhões de euros, não refletido no capital. Assim, o rácio CET1 recuou face ao valor apresentado no mesmo período de 2020, situando-se abaixo dos objetivos de médio prazo do Banco, sem que isso ponha em causa a perspetiva de convergência para tais objetivos.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	30 jun. 21	30 jun. 20
FULLY IMPLEMENTED		
Fundos Próprios		
<i>Common Equity Tier1 (CET1)</i>	5.488	5.602
<i>Tier1 (T1)</i>	6.024	6.135
Fundos próprios totais	7.047	7.176
Riscos ponderados	47.302	46.141
Rátios de solvabilidade		
<i>CET1</i>	11,6%	12,1%
<i>Tier1</i>	12,7%	13,3%
Total	14,9%	15,6%
PHASED-IN		
<i>CET1</i>	11,7%	12,1%

Nota: Os rácios de junho de 2021 e de junho de 2020 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos.

Os rácios de junho de 2021 correspondem a valores estimados, não auditados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE 2021

No primeiro semestre de 2021, o Banco manteve o foco no apoio às famílias e às empresas, em particular junto dos agentes mais afetados pelos efeitos da pandemia COVID-19.

Em **5 de fevereiro de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. (Banco) fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial ao abrigo do seu Euro Note Programme. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 6 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final de 5 anos, um preço de emissão de 99,879% e uma taxa de juro de 1,125%, ao ano, durante os primeiros 5 anos (correspondente a um *spread* de 1,55% sobre a taxa *mid-swaps* de 5 anos). No 6º ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 1,55%.

Em **20 de maio de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. informou sobre as principais deliberações da Assembleia Geral, sendo de destacar:

- Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2020, incluindo o Relatório do Governo Societário, bem como da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2020;
- Aprovação da política de dividendos;
- Aprovação da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização;
- Aprovação da política de seleção e designação do revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, bem como de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos nos termos da legislação em vigor;

- Recondução da Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., como Revisor Oficial de Contas, que indicou para a representar o sócio Paulo Alexandre de Sá Fernandes, ROC n.º 1456, e Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC n.º 992, como seu suplente, no triénio 2021/2023;
- Recondução da Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., para exercer funções de Auditor Externo no triénio 2021/2023;
- Aprovação da manutenção das limitações à contagem de votos previstas nos artigos 25.º e 26.º dos Estatutos do Banco.

Em **29 de junho de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. (BCP) celebrou um acordo com o Union Bancaire Privée, UBP SA respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) SA. O BCP estima que o preço de venda e o impacto (positivo) nos resultados consolidados do exercício em curso, em base proforma a 31/03/2021, se situem, respetivamente, entre 119 e 128 milhões de euros e 41 e 50 milhões de euros. Estes valores estão sujeitos a ajustamentos decorrentes da evolução dos ativos sob gestão e da atividade do Banque Privée BCP SA, apenas ficando definitivamente fixados após a data de concretização da operação. A venda do Banque Privée BCP permitirá ao Grupo BCP prosseguir a estratégia de enfoque de recursos e da gestão nas geografias *core*, potenciando o desenvolvimento destas e dessa forma a criação de valor para os *stakeholders*.

O Millennium bcp e o Fundo Europeu de Investimento assinaram dois contratos ao abrigo do Fundo de Garantia Pan-Europeu no montante de cerca de 1,200 milhões de euros, tendo como objetivo apoiar a recuperação das PME portuguesas afetadas pela crise económica causada pela pandemia COVID-19.

O Millennium bcp assinou dois protocolos, um com a Associação Industrial Portuguesa e o outro com a Confederação dos Agricultores de Portugal, nos quais reforça o seu compromisso de apoio ao tecido empresarial português, com apoios de 120 e 100 milhões de euros, respetivamente.

O Millennium bcp é o banco com a marca mais valiosa, segundo o estudo “Marcas Portuguesas mais Valiosas 2021” da Consultora OnStrategy.

O Millennium bcp assumiu que utilizará apenas eletricidade 100% verde nas suas instalações em Portugal, num *mix* de energia produzida pela central fotovoltaica do Banco e de energia adquirida com certificado de origem renovável.

O Millennium bcp integra o *ranking* dos “Líderes Climáticos da Europa em 2021” elaborado pelo Financial Times em parceria com a empresa alemã de estudos de mercado e consumidores – Statista. Este índice destaca as empresas europeias que mais progressos fizeram na redução de emissões de gases com efeito de estufa.

O Millennium bcp e outros bancos do sistema financeiro português juntaram-se numa iniciativa de solidariedade centrada no apoio alimentar e essencial às famílias mais desprotegidas, no contexto da presente crise.

O Millennium bcp apoia a reabilitação do Palácio Nacional da Ajuda, que é um dos apoios da Fundação Millennium bcp no âmbito da recuperação de património cultural em Portugal.

A Galeria Millennium abre portas, aos artistas e público, num novo espaço localizado em Lisboa no Museu Nacional de Arte Contemporânea.

RECONHECIMENTO EXTERNO

O Millennium bcp foi distinguido com a “Escolha do Consumidor 2021”, destacando-se nos atributos: “Canais Digitais”, “Segurança”, “Informações Claras”, “Credibilidade da Marca”, “Capacidade de Resposta”, “Taxas Cobradas”, “Comunicação Simples e de Fácil Compreensão dos Produtos”, “Rapidez na Resposta” e “Bom Serviço Online”.

O Millennium bcp foi, pelo 3º ano consecutivo, o Banco com maior número de estatutos PME Líder atribuídos às PME.

O Millennium bcp foi nomeado, pelo quarto ano consecutivo, como o “Banco Principal das Empresas” em Portugal, de acordo com o estudo BFIN 2021 realizado pela DATA E, onde lidera com uma quota de 19,6% nas várias dimensões de empresas (Microempresas, PME's e Grandes Empresas).

O BCP regressou em 2021 ao “The Sustainability Yearbook”, publicação de referência na área da Sustentabilidade agora editada pelo analista S&P com base na informação recolhida nas respostas das empresas ao “Dow Jones Sustainability Indices”.

O Millennium bcp integra, pelo 2º ano consecutivo, o Bllomberg Gender-Equality Index 2021, destacando-se na implementação de práticas e políticas de igualdade de género, diversidade e inclusão. Simultaneamente, o Banco aderiu também à Women’s Empowerment Principles das Nações Unidas, uma plataforma internacional de promoção de igualdade de género.

O Millennium bcp foi distinguido pela revista Global Finance como “Best Investment Bank” em Portugal em 2021.

O Millennium bcp distinguido nos Prémios de Comunicação Meios & Publicidade, tendo sido premiado com o filme “Vai Correr Bem”, nas categorias “Banca, Finança e Seguros” e “Comunicação Interna” e com o Millennium Festival ao Largo 2020, na categoria “Eventos”.

O Grupo BCP eleito “Best Foreign Exchange Provider” em Portugal, Moçambique e Polónia em 2021.

O Bank Millennium foi distinguido pela consultora Bain & Company como um dos dez bancos europeus digitalmente mais avançados.

O Bank Millennium foi distinguido na categoria de “Melhor Performance” na Polónia, na edição de 2021 dos Prémios SRP European, a mais prestigiada competição no setor de produtos estruturados, organizada pela SRP Structured Retail Products.

O Bank Millennium foi o banco com melhor desempenho no *ranking* “Climate Leaders Poland 2021” (Líderes do Clima Polónia 2021) da revista Forbes, alcançando o segundo lugar entre as empresas polacas na lista relativa à redução de emissões de gases com efeito estufa.

O Bank millennium foi distinguido como “Melhor Banco na Polónia” pela Global Finance.

O Bank Millennium foi distinguido como o melhor crédito à habitação na Polónia no *ranking* do Golden Banker.

O Bank Millennium foi distinguido com o prémio CSR Golden Leaf, integrando um grupo restrito de instituições com pontuações máximas no que respeita a Responsabilidade Social Corporativa.

O Bank Millennium conquistou o segundo lugar no concurso “2021 Best Bank”, no grupo de pequenos e médios bancos comerciais, organizado pela “Gazeta Bankowa”.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê uma forte recuperação da economia mundial em 2021, após a recessão global de 2020. Contudo, a retoma deverá prosseguir de forma heterogénea entre os principais blocos económicos, em função da evolução da pandemia e das medidas de política económica, estando sujeita a um grau significativo de incerteza.

Nos EUA, o progresso no processo de vacinação, a par com um conjunto de políticas orçamentais dirigidas às famílias, tem vindo a traduzir-se em níveis muito significativos de expansão da economia, sendo expectável que o PIB no final do segundo trimestre tenha excedido os valores pré-pandemia. Na área do euro, o desempenho da atividade económica tem vindo a evoluir de forma mais moderada, em virtude da permanência de medidas restritivas na generalidade dos Estados-membros nos primeiros meses do ano. Neste contexto, a Reserva Federal dos EUA apresentou em junho uma postura favorável a uma normalização da política monetária, que poderá incluir subidas das taxas de juro em 2023, enquanto que o BCE mantém uma posição de forte acomodação da sua política monetária, que se tem refletido na persistência das taxas de juro Euribor em valores negativos.

A evolução dos mercados financeiros na primeira metade do ano beneficiou das perspetivas de retoma da atividade económica global, decorrentes dos progressos ao nível da vacinação e do elevado teor de acomodação da política económica. Com efeito, as classes de ativos de maior risco, incluindo as ações, as matérias-primas e as obrigações empresariais, exibiram valorizações expressivas. No mercado de dívida pública, o movimento de subida generalizada das taxas de juro de longo prazo observado nos primeiros meses do ano tem vindo a estabilizar, em particular nos EUA, refletindo menores preocupações em relação à persistência de pressões inflacionistas associadas à forte recuperação da economia norte-americana. No segmento cambial, salienta-se a apreciação do dólar contra o euro no segundo trimestre.

Em Portugal, o levantamento das medidas restritivas a partir de março traduziu-se numa melhoria expressiva dos níveis de atividade económica. Em resultado, é expectável uma forte recuperação do PIB no segundo trimestre (após a queda homóloga de 5,3% observada no trimestre anterior), que deverá beneficiar de um aumento do consumo privado, do dinamismo do investimento e de um contributo favorável da procura externa. No conjunto do ano, o Banco de Portugal prevê um crescimento do PIB de 4,8%, o qual está, no entanto, sujeito a riscos, nomeadamente relacionados com os efeitos adversos da pandemia na retoma da atividade turística. Nos próximos trimestres, a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, aprovado em junho pela Comissão Europeia (CE), deverá contribuir para impulsionar o investimento público e privado e elevar o potencial de crescimento da economia portuguesa no médio prazo. No que respeita às finanças públicas, a manutenção das medidas de apoio ao rendimento das famílias e à liquidez das empresas deverá continuar a refletir-se num aumento da dívida pública, o qual deverá ser gradualmente mitigado pelos efeitos positivos da recuperação económica.

Na Polónia, o PIB registou uma taxa de crescimento em cadeia positiva no primeiro trimestre, revelando uma forte resiliência da economia polaca perante o agravamento da situação pandémica que se observou no início do ano, que resultou da robustez da procura externa e do consumo privado. Até ao final do ano, a trajetória de recuperação deverá acentuar-se, com a CE a projetar um crescimento do PIB em 2021 de 4,8%. A melhoria das condições económicas, a par com o aumento dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais e a manutenção de uma política monetária acomodatória, tem vindo a refletir-se na subida da taxa de inflação para níveis acima do

objetivo do banco central. A incerteza em relação aos riscos inflacionistas tem condicionado o desempenho do zloti, que apresentou nos últimos meses uma trajetória errática em relação ao euro.

Em Moçambique, o PIB registou uma evolução positiva no primeiro trimestre de 2021, que contrastou com a queda de 1,9% observada em 2020. Contudo, as perspetivas de recuperação da atividade económica nos próximos trimestres poderão ser penalizadas pela tibieza da procura interna, num quadro de permanência de elevadas taxas de juro, e pelos efeitos adversos da instabilidade militar que persiste em Cabo Delgado, nomeadamente no que concerne à continuidade dos projetos em curso de exploração de gás natural na região. Neste contexto, o metical tem vindo a delinear uma trajetória de depreciação contra o euro, após uma forte valorização registada entre março e abril. Em Angola, o FMI perspetiva uma recuperação gradual da atividade não petrolífera no decurso de 2021, a qual não deverá, contudo, ser suficiente para compensar a contração esperada do setor petrolífero. Com efeito, o quadro recessivo que a economia angolana tem vindo a enfrentar nos últimos anos deverá persistir em 2021, ainda que em muito menor magnitude.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	jun. 21	jun. 20	Var. 21/20	jun. 21	jun. 20	Var. 21/20	jun. 21	jun. 20	Var. 21/20
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	768,2	762,9	0,7%	409,3	379,2	7,9%	359,0	383,7	-6,5%
Rendimentos de instrumentos de capital	0,7	3,5	-79,7%	0,1	2,8	-95,9%	0,6	0,7	-19,4%
Resultado de serviços e comissões	352,6	331,5	6,4%	247,3	232,4	6,4%	105,3	99,1	6,3%
Resultados em operações financeiras	79,8	31,8	150,9%	68,0	3,1	>200%	11,7	28,7	-59,1%
Outros proveitos de exploração líquidos	(108,0)	(119,2)	9,4%	(71,3)	(66,9)	-6,6%	(36,7)	(52,3)	29,8%
Resultados por equivalência patrimonial	29,3	42,9	-31,7%	31,0	40,4	-23,3%	(1,7)	2,5	-170,4%
Produto bancário	1.122,6	1.053,4	6,6%	684,4	591,0	15,8%	438,2	462,4	-5,2%
Custos com o pessoal	374,2	317,7	17,8%	263,9	194,7	35,6%	110,3	123,0	-10,4%
Outros gastos administrativos	149,2	162,3	-8,1%	85,4	85,7	-0,4%	63,8	76,6	-16,7%
Amortizações do exercício	68,3	68,5	-0,3%	40,0	37,9	5,6%	28,3	30,6	-7,5%
Custos operacionais	591,8	548,6	7,9%	389,4	318,3	22,3%	202,4	230,2	-12,1%
Custos operacionais excluindo itens específicos	504,6	527,4	-4,3%	302,2	305,1	-1,0%	202,4	222,3	-9,0%
Resultados antes de imparidades e provisões	530,9	504,9	5,1%	295,1	272,7	8,2%	235,8	232,2	1,5%
Imparidade do crédito (líquida de recuperações)	156,9	237,3	-33,9%	127,0	158,0	-19,6%	29,9	79,3	-62,2%
Outras imparidades e provisões	304,9	114,0	167,4%	68,6	46,6	47,2%	236,3	67,4	>200%
Resultado antes de impostos	69,0	153,5	-55,1%	99,5	68,0	46,2%	(30,5)	85,5	-135,6%
Impostos	103,0	58,3	76,7%	53,9	22,6	138,4%	49,0	35,7	37,5%
Correntes	50,4	55,5	-9,3%	7,9	5,6	39,6%	42,5	49,9	-14,8%
Diferidos	52,6	2,7	>200%	46,1	17,0	171,3%	6,5	(14,2)	145,9%
Resultado após impostos de operações em continuação	(34,0)	95,3	-135,7%	45,5	45,4	0,3%	(79,5)	49,9	<-200%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	3,3	3,5	-7,7%	-	-	-	3,3	3,5	-7,7%
Interesses que não controlam	(43,0)	22,8	<-200%	0,4	0,2	89,0%	(43,4)	22,6	<-200%
Resultado líquido	12,3	76,0	-83,9%	45,1	45,2	-0,1%	(32,9)	30,8	<-200%
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	91.365	86.519	5,6%	64.631	60.176	7,4%	26.734	26.343	1,5%
Recursos totais de clientes	90.351	83.163	8,6%	64.039	58.451	9,6%	26.313	24.712	6,5%
Recursos de clientes de balanço	69.621	65.009	7,1%	47.202	43.276	9,1%	22.419	21.733	3,2%
Depósitos e outros recursos de clientes	68.101	63.464	7,3%	45.696	41.847	9,2%	22.406	21.617	3,6%
Débitos para com clientes titulados	1.519	1.545	-1,6%	1.506	1.428	5,4%	13	116	-88,5%
Recursos de clientes fora de balanço	20.731	18.154	14,2%	16.837	15.176	10,9%	3.894	2.978	30,7%
Ativos sob gestão	7.055	5.465	29,1%	4.186	3.327	25,8%	2.870	2.139	34,2%
Ativos distribuídos	6.191	4.242	45,9%	5.612	3.822	46,8%	578	420	37,6%
Seguros de poupança e de investimento	7.485	8.447	-11,4%	7.039	8.027	-12,3%	446	419	6,3%
Crédito a clientes (bruto)	57.885	55.960	3,4%	39.515	38.402	2,9%	18.370	17.558	4,6%
Particulares	33.106	31.863	3,9%	19.916	19.403	2,6%	13.189	12.460	5,9%
Hipotecário	27.206	26.038	4,5%	17.873	17.343	3,1%	9.333	8.695	7,3%
Pessoal	5.900	5.825	1,3%	2.043	2.060	-0,8%	3.856	3.765	2,4%
Empresas	24.779	24.097	2,8%	19.599	18.999	3,2%	5.180	5.098	1,6%
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Crédito vencido total	1.250	1.528	-18,2%	763	969	-21,3%	487	559	-12,9%
Crédito vencido há mais de 90 dias	1.126	1.416	-20,5%	753	953	-21,0%	373	463	-19,6%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	1,9%	2,5%		1,9%	2,5%		2,0%	2,6%	
Imparidade do crédito (balanço)	2.000	2.274	-12,0%	1.409	1.644	-14,3%	591	630	-6,2%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	3,5%	4,1%		3,6%	4,3%		3,2%	3,6%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	177,7%	160,6%		187,1%	172,5%		158,6%	136,0%	
<i>Stock de Non-Performing Exposures</i>	3.004	3.934	-23,7%	2.095	2.908	-28,0%	908	1.026	-11,4%
<i>Non-Performing Exposures / Crédito a clientes</i>	5,2%	7,0%		5,3%	7,6%		4,9%	5,8%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	66,6%	57,8%		67,3%	56,5%		65,0%	61,4%	
Crédito reestruturado	2.512	3.055	-17,8%	1.965	2.541	-22,7%	547	513	6,6%
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	4,3%	5,5%		5,0%	6,6%		3,0%	2,9%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	55	85		64	82		33	92	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES INTERCALARES CONDENSADAS DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

	30 junho 2021	(Milhares de euros) 30 junho 2020 (reexpresso)
Juros e proveitos equiparados	826.257	964.964
Juros e custos equiparados	(58.009)	(202.034)
MARGEM FINANCEIRA	768.248	762.930
Rendimentos de instrumentos de capital	709	3.488
Resultados de serviços e comissões	352.577	331.488
Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados	(9.269)	(60.422)
Ganhos / (perdas) cambiais	26.942	73.295
Resultados de contabilidade de cobertura	1.424	(3.438)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	(2.993)	(11.198)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	63.658	33.548
Resultados da atividade seguradora	4.841	6.043
Outros proveitos / (custos) de exploração	(113.855)	(119.681)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	1.092.282	1.016.053
Custos com o pessoal	374.241	317.722
Outros gastos administrativos	149.168	162.310
Amortizações	68.342	68.519
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	591.751	548.551
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	500.531	467.502
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(158.774)	(242.536)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(4.192)	(10.569)
Imparidade de outros ativos	(26.781)	(23.080)
Outras provisões	(272.107)	(75.160)
RESULTADO OPERACIONAL	38.677	116.157
Resultados por equivalência patrimonial	29.286	42.897
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	1.038	(5.519)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	69.001	153.535
Impostos		
Correntes	(50.374)	(55.542)
Diferidos	(52.592)	(2.734)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	(33.965)	95.259
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	3.260	3.531
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	(30.705)	98.790
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	12.266	75.958
Interesses que não controlam	(42.971)	22.832
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(30.705)	98.790
Resultado por ação (em euros)		
Básico	(0,001)	0,008
Diluído	(0,001)	0,008

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
BALANÇOS CONSOLIDADOS INTERCALARES CONDENSADOS
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Milhares de euros)

	30 junho 2021	31 dezembro 2020 (reexpresso)	30 junho 2020 (reexpresso)
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.688.434	5.303.864	4.302.644
Disponibilidades em outras instituições de crédito	256.424	262.395	350.218
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	671.309	1.015.087	1.085.970
Crédito a clientes	53.994.754	52.022.357	51.210.450
Títulos de dívida	8.330.961	6.234.545	5.742.472
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	1.704.537	1.031.201	2.335.697
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	1.290.058	1.315.467	1.305.443
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13.882.942	12.140.392	13.285.390
Derivados de cobertura	55.853	91.249	133.590
Investimentos em associadas	436.290	434.959	429.589
Ativos não correntes detidos para venda	905.016	1.026.481	1.201.651
Propriedades de investimento	6.714	7.909	13.165
Outros ativos tangíveis	620.831	640.825	671.477
Goodwill e ativos intangíveis	242.660	245.954	238.140
Ativos por impostos correntes	14.333	11.676	21.043
Ativos por impostos diferidos	2.663.653	2.633.790	2.661.955
Outros ativos	1.599.737	1.296.812	1.529.676
TOTAL DO ATIVO	91.364.506	85.714.963	86.518.570
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Recursos de instituições de crédito	9.056.077	8.898.759	9.055.226
Recursos de clientes e outros empréstimos	68.101.260	63.000.829	62.475.176
Títulos de dívida não subordinada emitidos	1.751.893	1.388.849	1.475.762
Passivos subordinados	1.199.743	1.405.172	1.440.353
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	372.225	278.851	411.227
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.481.477	1.599.405	2.287.682
Derivados de cobertura	173.690	285.766	265.447
Provisões	404.940	345.341	308.055
Passivos por impostos correntes	6.590	14.827	5.656
Passivos por impostos diferidos	7.253	7.242	6.593
Outros passivos	1.423.094	1.103.652	1.337.709
TOTAL DO PASSIVO	83.978.242	78.328.693	79.068.886
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	4.725.000	4.725.000	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	259.528	254.464	254.464
Títulos próprios	-	(40)	(70)
Reservas e resultados acumulados	855.470	642.397	760.842
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	12.266	183.012	75.958
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	6.268.735	6.221.304	6.232.665
Interesses que não controlam	1.117.529	1.164.966	1.217.019
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7.386.264	7.386.270	7.449.684
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	91.364.506	85.714.963	86.518.570

INDICADORES ALTERNATIVOS DE DESEMPENHO

O Grupo BCP prepara a informação financeira de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) endossadas pela União Europeia. Como complemento dessa informação, o Grupo BCP utiliza um conjunto de indicadores alternativos de desempenho que permitem monitorizar a evolução da sua atividade ao longo do tempo. Na sequência das orientações sobre Indicadores Alternativos de Desempenho publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) em outubro de 2015 (ESMA/2015/1415), são apresentados, neste anexo, alguns indicadores relacionados com a avaliação da rendibilidade e eficiência e da qualidade da carteira de crédito, entre outros que se destinam a facilitar a compreensão sobre a evolução da posição económica e financeira do Grupo BCP. A informação apresentada neste âmbito não foi auditada e não substitui, em qualquer circunstância, a informação financeira preparada de acordo com as IFRS. Salienta-se também que as definições e conceitos utilizados pelo Grupo BCP para o cálculo destes indicadores podem diferir dos utilizados por outras entidades no apuramento de outras medidas semelhantes, podendo não ser, por isso, diretamente comparáveis. Em conformidade com as orientações referidas, os indicadores alternativos de desempenho, seguidamente detalhados, são apresentados conjuntamente com informação adicional que reconcilia os valores contabilísticos apresentados no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e a informação financeira que reflete os critérios de gestão adotados pelo Grupo BCP. Estes indicadores e as respetivas componentes são também descritos de forma mais detalhada no glossário.

1) Crédito a clientes líquido / Recursos de clientes de balanço

Relevância do indicador: o rácio de transformação dos recursos de clientes de balanço em crédito (líquido) é um indicador de liquidez que permite avaliar especificamente a estrutura de *funding* de retalho do Grupo.

Milhões de euros

	30 jun. 21	30 jun. 20
Crédito a clientes (líq.) (1)	55.885	53.687
Recursos de clientes de balanço (2)	69.621	65.009
(1) / (2)	80,3%	82,6%

2) Rendibilidade do ativo médio (“ROA”)

Relevância do indicador: permite avaliar a capacidade do Grupo para gerar resultados com o volume de ativos disponíveis.

Milhões de euros

	6M21	6M20
Resultado líquido (1)	12	76
Interesses que não controlam (2)	-43	23
Ativo médio (3)	88.883	83.302
	[(1) + (2), anualizado] / (3)	
	-0,1%	0,2%

3) Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”)

Relevância do indicador: permite aferir sobre a capacidade do Grupo para remunerar os detentores do seu capital, avaliando o nível de rendibilidade gerada pelos fundos investidos pelos acionistas no Grupo.

Milhões de euros

	6M21	6M20
Resultado líquido (1)	12	76
Capitais próprios médios (2)	5.805	5.775
	[(1), anualizado] / (2)	
	0,4%	2,6%

4) Rácio de eficiência (*cost to income*)

Relevância do indicador: permite monitorizar o nível de eficiência do Grupo (excluindo itens específicos), avaliando o volume de custos operacionais incorridos para gerar o produto bancário alcançado.

Milhões de euros

	6M21	6M20
Custos operacionais (1)	592	549
dos quais: itens específicos (2)	87	21
Produto bancário (3)*	1.123	1.053
	44,9%	50,1%
	[(1) - (2)] / (3)	

* Exclui os itens específicos, reconhecidos na subsidiária polaca, no primeiro semestre de 2020, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., de montante imaterial.

5) Custo do risco, líquido de recuperações (expresso em pontos base, anualizado)

Relevância do indicador: permite aferir sobre a qualidade da carteira de crédito avaliando a relação entre as dotações para imparidade reconhecidas no período (líquidas de reversões e recuperações de crédito e juros) e o *stock* de crédito a clientes no final desse período.

Milhões de euros

	6M21	6M20
Crédito a clientes ao custo amortizado, antes de imparidade (1)	57.488	55.602
Dotações para imparidade (líquidas de recuperações) (2)	157	237
	55	85
	[(2), anualizado] / (1)	

6) Non-performing exposures (NPE) / Crédito a clientes (bruto)

Relevância do indicador: permite avaliar o nível de risco de crédito a que o Grupo se encontra exposto em função da proporção da carteira de crédito NPE no total da carteira de crédito a clientes (bruto).

Milhões de euros

	30 jun. 21	30 jun. 20
<i>Non-Performing Exposures</i> (1)	3.004	3.934
Crédito a clientes (bruto) (2)	<u>57.885</u>	<u>55.960</u>
(1) / (2)	5,2%	7,0%

7) Cobertura de non-performing exposures (NPE) por imparidades

Relevância do indicador: permite avaliar o nível de cobertura da carteira NPE pelo volume de imparidade do crédito de balanço constituída pelo Grupo.

Milhões de euros

	30 jun. 21	30 jun. 20
<i>Non-Performing Exposures</i> (1)	3.004	3.934
Imparidade do crédito de balanço (2)	<u>2.000</u>	<u>2.274</u>
(2) / (1)	66,6%	57,8%

RECONCILIAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA COM OS CRITÉRIOS DE GESTÃO DO GRUPO

Crédito a clientes

Milhões de euros

	30 jun. 21	30 jun. 20
Crédito a clientes ao custo amortizado (Balanço contabilístico)	53.995	51.210
Títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito	1.520	2.143
Valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados	370	333
Crédito a clientes (líquido) considerando os critérios de gestão	55.885	53.687
Imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado	1.964	2.231
Imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito	10	18
Ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados	27	25
Crédito a clientes (bruto) considerando os critérios de gestão	57.885	55.960

Imparidade do crédito a clientes (DR)

Milhões de euros

	6M21	6M20
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado (DR contabilística) (1)	159	243
Imparidade de Aplicações em Instituições de crédito (ao custo amortizado) (2)	0	1
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado não associados a operações de crédito (3)	2	4
Imparidade do crédito a clientes considerando os critérios de gestão (1)-(2)-(3)	157	237

Recursos de balanço de clientes

Milhões de euros

	30 jun. 21	30 jun. 20
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Balanço contabilístico) (1)	1.481	2.288
Empréstimos obrigacionistas e certificados ao justo valor através de resultados (2)	1.481	1.298
Depósitos de clientes ao justo valor através de resultados considerando os critérios de gestão (3) = (1) - (2)	0	989
Recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (4)	68.101	62.475
Depósitos e outros recursos de clientes considerando os critérios de gestão (5) = (3) + (4)	68.101	63.464
Títulos de dívida não subordinada emitidos ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (6)	1.752	1.476
Empréstimos obrigacionistas e certificados ao justo valor através de resultados (7)	1.481	1.298
Títulos de dívida não subordinada colocados em clientes institucionais (8)	1.714	1.230
Débitos para com clientes titulados considerando os critérios de gestão (9) = (6) + (7) - (8)	1.519	1.545
Recursos de clientes de balanço considerando os critérios de gestão (10) = (5) + (9)	69.621	65.009

Carteira de títulos

Milhões de euros

	30 jun. 21	30 jun. 20
Títulos de dívida ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (1)	8.331	5.742
Títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade (2)	1.520	2.143
Títulos de dívida ao custo amortizado considerando os critérios de gestão (3) = (1) - (2)	6.811	3.600
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados (Balanço contabilístico) (4)	1.290	1.305
Valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados (5)	370	333
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados considerando os critérios de gestão (6) = (4) - (5)	920	972
Ativos financeiros detidos para negociação (Balanço contabilístico) (7)	1.705	2.336
dos quais: derivados de negociação (8)	482	568
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Balanço contabilístico) (9)	13.883	13.285
Carteira de títulos considerando os critérios de gestão (12) = (3) + (6) + (7) - (8) + (9)	22.837	19.625

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* – crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido – valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) – crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – resultados da atividade seguradora, outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito – recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultados antes de imparidades e provisões – produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultado operacional core (Core operating profit) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura, resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros seis meses de 2021 e de 2020 não foram objeto de auditoria.